

EDITORIAL

É com grande satisfação que entregamos ao nosso público um novo número da Revista Administração Educacional, do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional do Centro de Educação da UFPE.

Nesta primeira edição de 2016 disponibilizamos aos leitores um conjunto de dez variados artigos que versam sobre temáticas relevantes focalizadas em políticas, gestão e processos educacionais.

Emanoel Lourenço da Silva e Maria Creusa de Araújo Borges abrem esta edição problematizando a implantação e expansão do modelo de gestão para resultados na educação de Pernambuco. Para isto tomam como referência uma parceria público-privada iniciada no Ginásio Pernambucano. Este primeiro artigo da edição resulta de uma pesquisa que analisa as conexões entre o público e o privado na gestão da escola pública e sua influência na promoção de um modelo de gestão escolar.

Em seguida, no segundo texto, Vitor Hugo Rinaldini Guidotti e Wilson da Silva Serejo relacionam os aportes teóricos da cidadania e dos direitos humanos ao Ensino de Administração. No artigo eles estabelecem as apropriações conceituais para a prática acadêmica e ressaltam a emergência desses temas para a consolidação de um profissional preocupado com as problemáticas sociais.

O terceiro artigo, assinado por Givanildo da Silva e Inalda Maria dos Santos, analisa a vivência da autonomia na gestão escolar em uma escola de rede pública de Maceió. A pesquisa revela a importância de se concretizar a autonomia para todos os sujeitos que compõem a escola para que juntos possam construir a identidade do espaço educativo.

O programa Política de Modernização da Gestão Pública adotado no estado de Pernambuco e sua influência na qualidade da educação através da ação dos gestores escolares é objeto da discussão do artigo apresentado por Iágrici de Lima Maranhão e Luciana Rosa Marques. Nele as autoras destacam que, apesar do governo reconhecer no documento PMGPE/ME que a relação com as escolas tem como princípio uma responsabilidade coletiva, seu papel se limita a estabelecer as metas, monitorar e acompanhar a “evolução” de cada instituição.

O quinto artigo desta edição é da autoria de Ana Cláudia Rocha Cavalcanti em colaboração com Flávio Antonio Miranda de Souza. No manuscrito os autores discutem

a formulação da política pública para ilustrar o processo de inovação e difusão de ideias na agenda de desenvolvimento como forma de expressão dos processos de indução de conhecimento e tomadas de decisão envolvendo diversos atores em diferentes escalas.

Na sequência, os autores Marco Aurélio Acioli Dantas e Alfredo Macedo Gomes, analisam como a gestão escolar democrática pode contribuir para a efetivação da educação para as relações étnico-raciais. A análise empreendida pelos autores focaliza os marcos normativos da Lei nº. 10.639/2003 e suas implicações para o cotidiano escolar.

No sétimo artigo desta série André Augusto Diniz Lira analisa a representação social da qualidade da educação pública para o professorado do ensino médio no estado da Paraíba. O autor identifica uma representação social qualidade da educação pública caracterizada pela precariedade e necessidade de investimento na remuneração, qualificação docente e em melhorias da escola como um todo, articulada à necessidade de dedicação, por parte do professorado, e à crítica quanto a negligência dos governantes.

O histórico das políticas de Livros Didáticos (LD) para a educação brasileira, seus antecedentes e atuais perspectivas normativas, dos autores Filipe Gervásio Pinto da Silva e Janssen Felipe da Silva, é objeto do oitavo artigo desta edição. O texto evidencia a vinculação entre universalização do acesso à escolarização e crescimento exponencial do mercado editorial de LD, pensado a partir do Paradigma Euro-urbanocêntrico de Educação.

O artigo seguinte, das autoras Crislainy de Lira Gonçalves; Lucinalva A. A. de Almeida Priscila M. V. S. Magalhães e Solange A. de Oliveira-Mendes, analisa a produção científica no campo da avaliação da aprendizagem divulgada entre 2004-2014 em diferentes fontes. Conforme os resultados da pesquisa bibliográfica, as autoras revelam que os trabalhos apresentam avanços no campo teórico-prático no que concerne às funções da avaliação, apontando para um movimento processual de mudança nas práticas avaliativas.

Encerramos esta edição com o décimo artigo das autoras Milca Maria Cavalcanti de Paula e Waldênia Leão de Carvalho. O texto destaca reflexões acerca da prática musical culturalmente diversificada. O trabalho mostra que o ensino da música deve partir da vivência do aluno e promover o diálogo com a diversidade cultural. As

autoras sugerem ações concretas nas dimensões da gestão; infraestrutura e prática pedagógica das escolas.

Na expectativa de termos contribuído com a reflexão e diálogo científico na área da administração educacional e afins entregamos aos leitores mais um número deste periódico. Aproveitamos o ensejo para agradecer aos autores pela colaboração a este número, bem como aos avaliadores pela análise dos textos. Uma boa leitura para todos!

Recife, 1º de agosto de 2016

Maria da Conceição Carrilho de Aguiar e Laêda Bezerra Machado

Editoras